

PRO PALOP-TL SAI-ISC 2014

PAÍS BENEFICIÁRIO	RESULTADOS DO PROJECTO	RESULTADOS DE ACTIVIDADES & ACÇÕES	CRONOGRAMA												RESP.	FUNDO	LINHA ORCAMENTAL	TOTAL	%
			T1	T2	T3	T4													
COMPONENTE 1: Capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL																			
	ACTIVIDADE GERAL 1: Formação sobre gestão e sobre auditoria das finanças públicas																		
	<i>R.1.1.1.: Técnicos do Tribunal de Contas de Cabo Verde (TCCV) e da Inspeção Geral das Finanças (IGF) aprofundam conhecimentos e técnicas de fiscalização prévia e concomitante no controlo externo e no trabalho do TCCV, num quadro de troca de experiencias e aprendizagem entre pares com o Tribunal de Contas (TC) de Portugal.</i>	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Guia prático e regras para fiscalização prévia/concomitante no contexto institucional e legal do TCCV; (2) Relatório de Missão.					
	A.1.1.1.1.: Troca de experiências e aprendizagem entre pares com o TC de Portugal no dominio da fiscalização prévia e concomitante.				X	X								PNUD / TCCV	UE	Travel	\$	16,459.36	
SUBTOTAL Actividade																		\$	16,459.36
ACTIVIDADE GMS 75100																		\$	1,152.16
<p>Linha de Base: Embora o TCCV possa realizar auditorias de forma descricionária a entidades que julguem por bem auditar, a lei actual limita de forma considerável as entidades públicas que devem ser auditadas. De acordo com a lei actual, algumas entidades relevantes ficam de fora da jurisdição do TCCV. Por outro, lado, a legislação actual não é clara em relação ao tipo de auditorias que devem ser realizadas e não existem condições financeiras e humanas que permitam alargar o âmbito das auditorias. De acordo com a actual lei, o orçamento do TCCV é determinado pelo executivo, mas não é dotado de fundos suficientes para que execute o seu mandato. O TCCV não publica relatórios de auditoria, contudo publica o Parecer sobre a CGE (sem sumário executivo) anualmente de forma proactiva e alargada - acessível na internet sem custos. As Contas finais auditadas são divulgadas entre 12 e 24 meses após o fecho do ano fiscal (mais de 12 meses). O atraso na emissão do parecer sobre a CGE está directamente ligado ao atraso na remissão das contas ao Parlamento por parte do executivo. O executivo tem estado a remeter as contas ao Parlamento com uma média de 2 anos após o fim do ano fiscal o que não está em linha com a lei de execução orçamental – que deveria ser Y+1 (N+1). Por outro lado, embora exista um prazo limite para submissão das contas do executivo ao Parlamento, não existe qualquer prazo para o envio das contas do Parlamento para o TCCV. Contudo, o Parlamento tem enviado as contas logo após a sua recepção. Embora o TCCV não tem publicado relatórios de auditoria devido aos limites do quadro legal actual, publica um relatório de actividades anualmente que reflecte todas as suas actividades, incluindo um retrato integral de todo o movimento processual no decurso do ano. As causas para o atraso de mais de 24 meses após o fecho do ano fiscal: (1) tramitação legal muito morosa; (2) limitação de RH; (3) prestação tardia das contas e com muitas deficiências em relação às regras; (4) A lei não permite a selectividade das contas a analisar e nem tão pouco estabelece o prazo de julgamento das contas; (5) Até 2012, cerca de 50% das entidades que deveria prestar as contas não o faziam atempadamente ou de todo. Certos fundos extra-orçamentais, como por exemplo os dos projectos de cooperação internacional, não são objecto de auditoria. Nenhum relatório sobre o seguimento das acções empreendidas pelo executivo para responder às recomendações do relatório de auditoria é publicado pelo TCCV.</p>																			

R.2.1.: Desenvolvimento de capacidades dos técnicos da Direcção Nacional do Orçamento, Direcção Nacional do Planeamento e da IGF no domínio da formulação, planificação, implementação, seguimento e avaliação de orçamentos-programas permite melhorar a transparência orçamental (Publicidade, regularidade e abrangência da informação orçamental).

													PRODUTOS ESPERADOS: (1) Programa/módulos de Formação; (2) Questionário de avaliação; (3) Relatórios dos seminários de restituição.	
Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
				x										
					x	x	x	x	x	x	x			
SUBTOTAL Actividade													\$	11,376.57
ACTIVIDADE GMS 75100													\$	796.36

Linha de Base: A transparência orçamental do executivo é forte na medida em que os documentos orçamentais são produzidos e tornados públicos de forma geral. Contudo, é necessário melhorar a transparência orçamental no que diz respeito à publicação do relatório de fim semestral (RS) que é produzido apenas para fins internos (embora tenha uma grande abrangência), os relatórios durante o ano (RDA) cujo ano de referência é 2012 (embora tenham grande abrangência), e o relatório de fim de ano (RFA) que é publicado mais de 12 meses depois do ano fiscal de referência, em 2011, logo sem impacto na transparência orçamental. Por outro lado, o executivo não publica relatórios indicando as medidas realizadas para responder às conclusões das auditorias, nem o Orçamento do Cidadão (OC).

R.2.2.: Os técnicos do TCCV melhoram as suas competências de planificação, gestão e seguimento de metas e objectivos profissionais com base em resultados.

Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Sistema de avaliação e seguimento do TCCV; (2) Relatório de missão.
				X								<div>PNUD / TCCV</div> <div>UE</div> <div>Workshops</div> <div>\$</div> <div>2,800.00</div> <div>Travel</div> <div>\$</div> <div>2,700.00</div>
SUBTOTAL Actividade												\$ 5,500.00
ACTIVIDADE GMS 75100												\$ 385.00

Linha de Base: O TCCV precisa de reforçar as capacidades dos seus recursos humanos (RH) para o exercício eficaz da sua função de auditoria das contas públicas.

As capacidades de controlo e auditoria das ISC sobre as finanças públicas nos PALOP e em TL são reforçadas num contexto de aprendizagem conjunta
(Indicadores: Nº de desvios relatados ou auditorias realizadas anualmente pelo

ATIVIDADE GERAL 3: Aquisição de equipamentos e assistência técnica para a integração de sistemas de contabilidade e de informação na gestão das finanças públicas e auditoria																	
R.3.1.: O Sistema/plataforma de gestão e a base de dados para a auditoria externa das contas públicas e comunicação interna por parte do TCCV é concebido e está disponível.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Sistema de gestão e administração da base de dados; (2) Base de dados.				
				X	X								PNUD / TCCV	UE	Int/CnsIt	\$	18,000.00
															Travel	\$	1,200.00
					X										Workshops	\$	6,500.00
							X	X	X	X	X	X			ICT Equip	\$	45,000.00
A.3.1.1.: AT para elaboração do sistema informatizado de gestão e a base de dados para a auditoria externa das contas públicas e comunicação interna do TCCV.															Audio&print	\$	2,434.33
A.3.1.2.: Sessões de socialização e recepção de inputs dos actores relevantes para finalização e aprovação do sistema.																	
A.3.1.3.: Aquisição de equipamento e software.																	
SUBTOTAL Actividade															\$	73,134.33	
ACTIVIDADE GMS 75100															\$	5,119.40	
Linha de Base: O Plano estratégico para a introdução das TIC no trabalho do TCCV foi elaborado, mas ainda não foi possível implementá-lo. Precisa de ser revisto e implementado.																	
ATIVIDADE GERAL 4: Assistência técnica para fortalecer a prestação de contas — padronização das normas de relatório financeiro																	
R.4.1.: Técnicos do TCCV aprofundam conhecimentos e técnicas de comunicação e envolvimento público no controlo externo e no trabalho do TCCV num quadro de troca de experiências e aprendizagem entre pares com as Instituições Superiores de Controlo (ISC) do Brasil.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Plano estratégico e operacional de envolvimento público e comunicação externa do TCCV revisto e aprovado com os inputs resultantes da troca de experiências com a ISC do Brasil.				
				X									PNUD / TCCV	UE	Travel	\$	10,500.00
A.4.1.1.: Troca de experiências e aprendizagem entre pares com as ISC do Brasil no domínio do envolvimento público no controlo externo e no trabalho do TCCV.																	
SUBTOTAL Actividade															\$	10,500.00	
ACTIVIDADE GMS 75100															\$	735.00	
Linha de Base: Não há a prática de envolver o cidadão nos processos de auditoria nem como respondente, nem como testemunha. Por outro lado, o TCCV não mantém nenhum mecanismo formal de comunicação com o público para além de publicar os relatórios de auditorias.																	

hardware e software adquirido, disponível e instalado nas ISC e instituições relevantes dos países beneficiários)

R.4.2.: <i>Técnicos & Juízes do TCCV, bem como o público em geral, são familiarizados com os princípios éticos e de deontologia profissional aplicáveis à auditoria pública em linha com as normas da INTOSAI e elaboram de forma inclusiva um código de conduta e de deontologia profissional em linha com os standards internacionais.</i>	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) programa de formação; (2) Versão preliminar do código de conduta e deontológico.
A.4.2.1.: Formação dos técnicos e Juízes do TCCV no domínio da Ética e Deontologia Profissional na Auditoria Pública							X						Int/Cnslt \$ 8,000.00
A.4.2.2.: Processo inclusivo e participativo para recolha de subsídios e informação ao público sobre os princípios éticos e de deontologia profissional no domínio da auditoria pública e do controlo externo.									X				PNUD / TCCV UE Travel \$ 1,200.00
													Workshops \$ 6,500.00
													Audio&print \$ 4,500.00
SUBTOTAL Actividade												\$ 20,200.00	
ACTIVIDADE GMS 75100												\$ 1,414.00	
Linha de Base: O TCCV precisa de reforçar as capacidades dos seus recursos humanos (RH) para o exercício eficaz da sua função de auditoria das contas públicas.													
R.4.3.: <i>Técnicos do TCCV são capacitados em gestão e tramitação processual decorrente da aprovação do novo modelo de funcionamento do TCCV</i>	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Draft de Guia Prático e Operacional (incluindo Procedimentos Operacionais Standardizados - SOP) sobre gestão e tramitação processual do TCCV.
A.4.3.1.: Formação dos técnicos do TCCV em gestão e tramitação processual decorrente da aprovação do novo modelo de funcionamento do TCCV.							X						Int/Cnslt \$ 5,000.00
													PNUD / TCCV UE Travel \$ 1,200.00
													Workshops \$ 4,000.00
													Audio&print \$ 861.76
SUBTOTAL Actividade												\$ 11,061.76	
ACTIVIDADE GMS 75100												\$ 774.32	
Linha de Base: O TCCV precisa de reforçar as capacidades dos seus recursos humanos (RH) para o exercício eficaz da sua função de auditoria das contas públicas.													
ACTIVIDADE GERAL 5: Formação, ateliês e viagens de estudo para troca de experiências e boas práticas sobre o controlo das finanças públicas nos PALOP e TL, entre ISC Parlamento e a sociedade civil													
R.5.1.: <i>O Público em geral, a legislatura e o executivo são familiarizados com as boas práticas e normas internacionais de organização e funcionamento dos tribunais de contas, bem como dos standards internacionais para o controlo externo da despesa e contas públicas.</i>	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Programa de sensibilização e divulgação das boas práticas e normas internacionais do funcionamento das ISC.

A.5.1.1.: AT para elaboração do programa de sensibilização e divulgação das boas práticas e normas internacionais do funcionamento das ISC e do controlo externo da despesa pública, bem como da participação pública e relação das ISC com o público.				X	X								PNUD / TCCV	UE	IntlCnslt	\$	3,500.00	
																Travel	\$	1,200.00
																Audio&print	\$	300.00
	SUBTOTAL Actividade														\$	5,000.00		
ACTIVIDADE GMS 75100														\$	350.00			
Linha de Base: O TCCV estabeleceu mecanismos formais acessíveis para promover a participação do público, através dos quais os cidadãos podem apoiar na formulação do programa de auditorias (identificando agências, programas, ou projectos a auditar) ou podem participar nas investigações das auditorias (como respondentes, testemunhas, etc.), mas não estabeleceu mecanismos que permitam o público participar em ambos os processos. Mais especificamente, existe um canal formal no website do TCCV que permite obter denúncias dos cidadãos e outros contributos.																		
R.5.2.: O Público em geral, nomeadamente as OSC e os Parlamentares, passam a conhecer melhor a natureza do trabalho e o papel do TCCV, e são sensibilizados para uma cultura de prestação de contas.	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Programa audiovisual para divulgação do trabalho do TCCV e da promoção da cultura da prestação de contas.					
A.5.2.1.: Programas audiovisuais de sensibilização do público em geral para uma cultura de prestação de contas e controlo externo da despesa pública e divulgação do trabalho do TCCV.					X	X	X	X	X	X	X	X	PNUD / TCCV	UE	Workshops	\$	6,000.00	
																Audio&print	\$	1,500.00
																Travel	\$	1,872.17
SUBTOTAL Actividade														\$	9,372.17			
ACTIVIDADE GMS 75100														\$	656.05			
Linha de Base: O TCCV não publica relatórios detalhados e extensivos sobre os inputs recebidos por parte do público, através de consultas públicas, e não dá qualquer feedback sobre como usa esses inputs para desenvolver os seus programas de auditoria ou os seus relatórios.																		
TOTAL ACTIVIDADES COMPONENTE 1														\$	162,604.19			
TOTAL GMS COMPONENTE 1														\$	11,382.29			
TOTAL ORÇAMENTO COMPONENTE 1														\$	173,986.48			

COMPONENTE 2: Capacidades de fiscalização, controlo e análise informada dos Paramentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas

ATIVIDADE GERAL 7: Desenvolvimento de capacidades e assistência em metodologia para apoiar as reformas dos quadros legais e institucionais, com particular enfoque na revisão de leis sobre o Orçamento Geral do Estado e TC													
R.7.1.: O plano estratégico integrado da AN para a reforma do parlamento é elaborado de forma inclusiva e aprovado.													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Plano estratégico integrado da AN; (2) Versão revista e atualizada do Regimento interno da AN.
A.7.1.1.: Formulação do plano estratégico integrado.						x	x						Travel \$ 2,500.00
A.7.1.2.: Revisão e implementação da reforma do regimento da AN.						x	x						PNUD / AN UE Travel \$ 2,500.00

As capacidades de supervisão dos Paramentos e da Sociedade Civil sobre as finanças públicas são desenvolvidas para uma análise informada nos PALOP e em TL num contexto de aprendizagem conjunta (Indicadores:

Número de audições pedidas pelos Paramentos nos PALOP e em Timor-Leste/ Nº de sessões de audições dos Paramentos onde esteve presente o Tribunal de Contas nos PALOP-TL/ Nº de relatórios pedidos pelo Parlamento em relação à execução do orçamento/ Nº de funcionários dos

Paramentos e de Deputados nos PALOP-TL treinados na questão da supervisão das finanças públicas/ Nº de funcionários Parlamentares e Deputados nos PALOP e em TL que participam em atividades de avaliação por pares/ Nº de membros de OSC que participam em campanhas de defesa e informação sobre transparência orçamental/ Nº e qualidade de reformas legais levadas a cabo para aumentar as capacidades de auditoria da ISC e o controlo civil da GFP/ 1 publicação efetuada sobre mecanismos de responsabilização pública nos PALOP e em TL/ Criação de um fórum para o intercâmbio das boas práticas das OSC sobre

R.8.1.: As capacidades da comissão de assuntos jurídicos, DH e comunicação social (Comissão 1), outras comissões relevantes e técnicos parlamentares são reforçadas e permitem assegurar de forma eficaz o seguimento da reforma legal do sector da justiça, em particular no que diz respeito ao seguimento do processo orçamental (formulação, implementação e auditoria).

A.8.1.1.: Visitas a Comarcas (Praia, Sta Catarina, S. Vicente, Sal, Fogo) para acompanhar a execução do orçamento e assegurar que os recursos alocados às comarcas são suficientes e geridos de forma transparente para futura planificação.

A.8.1.2.: Audições públicas aos conselhos superiores de magistratura judicial, do ministério público e do governo (ministério da justiça) no domínio do controlo externo da despesa pública.

Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
					x						
						x					

PRODUTOS ESPERADOS: (1) Relatórios e recomendações das audições.

PNUD / AN-CE1	UE	Travel	\$	3,500.00
		Servco	\$	5,500.00
		Audio&print	\$	800.00

SUBTOTAL Actividade \$ 9,800.00
ACTIVIDADE GMS 75100 \$ 686.00

Linha de Base: Não existe um debate formal pré-orçamental na AN para discutir a política orçamental, nem antes nem no seguimento/após a apresentação da Proposta do Orçamento do Executivo. Existem iniciativas dos grupos parlamentares que resultam da apresentação da proposta para discutir a proposta. O poder de alteração da proposta existe por lei. A AN recebe a Proposta de Orçamento do Executivo pelo menos 6 semanas (mas menos de 3 meses) antes do início do ano orçamental. Embora o executivo submeta a POE menos de 3 meses antes do início do ano, a abrangência dos documentos orçamentais é insuficiente. O Orçamento Promulgado inclui informação sobre unidades administrativas e alguns detalhes adicionais (e.g. totais por subdepartamentos e alguns programas mais importantes).

R.8.2.: A RMP-CV e comissões especializadas relevantes asseguram o seguimento e avaliação das despesas dos orçamentos destinados a promoção de questões de género por via de uma análise informada e desagregação dos dados.

A.8.2.1.: Seguimento das receitas do Gabinete de recuperação dos activos - meta de 15% para as casas de abrigos.

A.8.2.2.: AT para monitorização das rubricas e desagregação dos dados estatísticos com incidência nas questões de género.

Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
					x	x			x	x	x
									x	x	x

PRODUTOS ESPERADOS: (1) Relatórios e recomendações das missões de seguimento; (2) Relatórios e recomendações da análise das despesas públicas com enfoque na desagregação dos dados estatísticos com incidência no género.

PNUD / RMP-CV	UE	Travel	\$	3,500.00
		IntlCnslt	\$	10,500.00
		Travel	\$	1,500.00

acompanhamento da
despesa pública e
comunicação de resultados
nos PALOP e em TL/ 7
acordos de bolsas assinados
com ONG (1 internacional e
6 com os PALOP e TL)/
Existência, oportunidade e
qualidade dos debates
parlamentares sobre a
aprovação e execução do
orçamento/ Nº de reuniões,
sessões de audições públicas
e relatórios disponíveis das
comissões parlamentares
sobre finanças públicas,
contas e despesa nos países
participantes/ O aumento da
cobertura dos meios de
comunicação sobre
questões orçamentais nos
países participantes,
incluindo artigos sobre
responsabilidade
orçamental e relatórios e
recomendações do Tribunal
de Contas/ Nº de relatórios
e análise de OSC sobre
Orçamentos de Estudo,
contas públicas e relatórios
de despesa/ Nº, frequência,
disponibilidade e
regularidade dos
instrumentos de
monitorização das OSC
sobre os níveis de
implementação das
recomendações das ISC
(relatórios e documentos de
análise)/ Nº de
recomendações dos
relatórios de OSC sobre
documentos orçamentais
tidos em conta pelas
audições e relatórios das
comissões parlamentares e

SUBTOTAL Actividade												\$	15,500.00			
ACTIVIDADE GMS 75100												\$	1,085.00			
Linha de Base: O seguimento do programa casa de abrigos é fraco e não permite verificar o grau da sua execução e, por consequência, não permite responsabilizar as instituições e unidades públicas envolvidas na implementação. A desagregação dos dados estatísticos com base no género é insipiente.																
ATIVIDADE GERAL 9: Assistência técnica para reforçar os orçamentos e contas, sistemas de auditoria e de monitorização para a análise e avaliação das finanças públicas documentos e projetos-lei																
R.9.1: O reforço da produção legislativa e feito num quadro de sinergias entre a AN e o Executivo, em particular no domínio processo orçamental e no que diz respeito à Lei do Orçamento de Estado (OE) e das novas regras de orçamentação baseada em resultados.	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Lei do OE com base no orçamento-programa.			
A.9.1.1.: AT para finalização de projectos de lei.					x	x							PNUD / AN / MF-DNP /MF- IGF	IntlCnslt	\$	12,500.00
A.9.1.2.: Socialização de projectos de lei.						x							UE	Travel	\$	1,500.00
														Workshops	\$	4,500.00
														Audio&print	\$	1,500.00
SUBTOTAL Actividade												\$	20,000.00			
ACTIVIDADE GMS 75100												\$	1,400.00			
Linha de Base: A revisão da lei do Orçamento de Estado está em curso. A AN e o Governo, Ministério das Finanças em particular, precisam de apoio para a finalização do pacote legislativo que deve incluir as questões referentes ao novo modelo de orçamento-programa com base em resultados. Por outro lado, o novo pacote legislativo vai precisar de muita socialização junto dos diferentes actores.																
R.9.2.: Campanhas de sensibilização e informação sobre pacotes legislativos com impacto no género e nos jovens permitem monitorar a sua implementação e o impacto grupos mais desfavorecidos, em particular nas mulheres e nos jovens.	Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	PRODUTOS ESPERADOS: (1) Diferentes pacotes legislaivos com impacto no género e nos jovens disponíveis e divulgados.			
A.9.2.1.: Campanhas de sensibilização e divulgação para o seguimento da implementação dos pacotes legislativos.						x	x			x	x	x	PNUD / AN-CE5 / RMP-CV	Workshops	\$	4,500.00
										x			UE	Travel	\$	750.00
SUBTOTAL Actividade												\$	5,250.00			
ACTIVIDADE GMS 75100												\$	367.50			
Linha de Base: Necessidade de aumentar e melhorar a monitorização da implementação dos pacotes legislativos com impacto no género e nos jovens, colocando o enfoque na monitorização da despesa.																

pelos relatórios/recomendações das ISC/ Existência e eficácia dos instrumentos que permitem a participação da sociedade civil na formulação/aprovação do orçamento de (existência de iniciativas orçamentais dos cidadãos e mecanismos de consulta baseados no público/comunidade/frequência e regularidade destes instrumentos/número de medidas corrigidas ou introduzidas como resultado destas iniciativas)/ Existência e eficácia de instrumentos que permitem a participação da sociedade civil na supervisão parlamentar das finanças, contas e despesas públicas (papel atribuído às OSC e OBC nestas sessões de audições/regularidade e frequência destas audições públicas/número de medidas introduzidas como resultado dos contributos da sociedade civil em sessões de audições públicas)

ACTIVIDADE GERAL10: Assistência técnica e aconselhamento para os parlamentos nacionais sobre a supervisão da despesa pública.

R.10.1.: As capacidades de acompanhamento e fiscalização parlamentar do processo orçamental (formulação, implementação e auditoria do orçamento do executivo e das despesas públicas) por parte da administração parlamentar, comissões especializadas e grupos parlamentares, são desenvolvidas num contexto de trocas de experiências que beneficia o envolvimento público no processo orçamental.

Jan	Fev	Mar	Avr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Déc
						X	X	X	X	X	X
						X	X	X	X	X	X

PRODUTOS ESPERADOS: (1) Guia prático e regras para fiscalização orçamental.

		IntlCnslt	\$	-
PNUD / AN	UE	Travel	\$	2,500.00
		Workshops	\$	10,367.80
		Audio&print	\$	800.00

SUBTOTAL Actividade	\$	13,667.80
----------------------------	----	-----------

ACTIVIDADE GMS 75100	\$	956.75
----------------------	----	--------

Linha de Base: A AN não tem no seu seio um Gabinete especializado na análise orçamental, nem tão pouco tem acesso a capacidade independente de pesquisa por forma a levar a cabo uma tal análise. Existe uma comissão especializada, mas não há nenhum Gabinete técnico com staff dedicado para a análise orçamental. Por outro lado, não existe a prática de recorrer a expertise externo ou a gabinetes independentes para o efeito. Essa necessidade estende-se a outros domínios da produção legislativa. Por essa razão, a necessidade da AN ter um gabinete especializado é clara e isso inclui a capacidade de recorrer a gabinetes e capacidade externa de pesquisa, que não está impedida por lei ou regulamentação. O Plano da reforma da AN realça a necessidade de reforço da capacidade técnica e competências técnicas mais especializadas em apoio as comissões parlamentares. Os relatórios de auditoria não são escrutinados. O Parecer da CGE é analisado pela comissão especializada de finanças e orçamento, Comissão 2. A AN tem o poder legal de solicitar ao TCCV que execute auditorias, mas isso não tem acontecido. Assim sendo, os relatórios de auditoria do TCCV não tem sido analisados pela AN, à excepção do Parecer. Nenhum relatório de seguimento das acções do executivo para fazer face às recomendações do relatório de auditoria é produzido ou é produzido apenas para fins internos.

ATIVIDADE GERAL11: Formação, seminários e viagens de estudo para troca de experiências e boas práticas sobre o controle das finanças públicas entre parlamentos e sociedade civil nos PALOP e em Timor-Leste

R.11.1.: As capacidades dos parlamentos e parlamentares dos PALOP e Timor-Leste são reforçadas por via de troca de experiências e aprendizagem entre pares, no quadro da CPLP e regional.

[illegible]

PRODUTOS ESPERADOS: (1) Relatórios da PMU.

IntlCnslt	\$	-
-----------	----	---

